



## **MOÇÃO A**

### **POR UMA GREVE GERAL QUE CONDUZA A ALTERNATIVAS POLÍTICAS**

1. Concretizando, a pretexto de uma real crise económico-financeira, um ideário marcadamente neoliberal, o governo PSD/CDS vem impondo uma política orientada para o empobrecimento intencional do país, de que os aspetos mais relevantes são a desvalorização do trabalho – corporizada no roubo dos subsídios e nos cortes nominais dos salários na administração pública -, na redução dos direitos sociais e de proteção, traduzida dramaticamente no número de desempregados sem qualquer apoio e na redução do valor do subsídio de desemprego e de reinserção social, mas também na tentativa de destruição da contratação coletiva. O pano de fundo desta crise crescente é a aposta em políticas de mera austeridade e recessão, por canina obediência aos ditames da “troika”, que aliás o Governo faz gala em ultrapassar, e de aceitação passiva e colaborante dos caminhos neoliberais que presidem à política em curso imposta pela União Europeia, sem quaisquer mecanismos sérios de crescimento económico. É hoje generalizadamente aceite que, a não haver uma profunda mudança de orientação, Portugal mergulhará numa espiral recessiva, de acentuada e generalizada pobreza, a que apenas escapam os especuladores financeiros cujos interesses o governo representa.

Após o descalabro económico, orçamental e social dos anos de 2011 e 2012, ao longo dos quais, apesar dos brutais sacrifícios impostos aos trabalhadores portugueses – com graves consequências no consumo interno e, por essa via, na destruição de numerosas empresas – se agravaram os níveis de endividamento, o governo apresentou para 2013 um orçamento de Estado assente, por um lado, num brutal aumento da carga fiscal, por via do IRS e de muitos outros impostos, e por outro lado, na contração dos direitos sociais que é suposto que o Estado, no bom uso social dos impostos pagos pelos cidadãos, assegure. Um orçamento reconhecidamente falso, sem consistência no cenário macroeconómico e com uma definição de metas inatingíveis, que se destina a criar as condições para um verdadeiro desmantelamento do Estado Social. Orçamento que mantém e agudiza os roubos salariais dos anos anteriores, quer para os trabalhadores no ativo quer para os aposentados e pensionistas (que sofrem cortes de pensões ainda mais agravados que o que foi exercido sobre os funcionários públicos).

No caso dos trabalhadores da administração pública e dos docentes, a orientação política em curso e as propostas do orçamento de Estado para 2013 traduzem-se num aumento brutal do desemprego – vejam-se os números dos professores e educadores contratados que foram afastados nas colocações dos dois últimos anos letivos, a que o Ensino Superior e a Investigação científica não ficaram imunes -, no bloqueio à progressão nas carreiras, no congelamento nominal dos salários, na alteração unilateral das regras para a aposentação – alterações que em muitos casos significam adiar por muitos anos o direito à aposentação que se venceria no imediato e, para todos, uma redução do valor da aposentação pela alteração, repete-se unilateral e portanto despótica – das formas de cálculo do valor da aposentação.

No que respeita ao ataque às funções sociais do Estado acentua-se a degradação nos serviços do sistema nacional de saúde, o abaixamento das prestações sociais e, no que à educação e investigação científica diz respeito, um novo e brutal corte orçamental -700 milhões de euros – tornando muito difícil o funcionamento das escolas de todos os níveis de ensino – básico, secundário e superior. Ao afetar apenas 3,8% do PIB à educação (valor para 2013) Portugal coloca-se na cauda da Europa, afasta-se ainda mais dos países europeus, compromete gravemente o seu futuro. Com os cortes orçamentais de 2012 e 2013, tornam-se cínicas as proclamações da Educação e do Conhecimento como os pilares do futuro para o país, verborreia com que se pretende mascarar a realidade e a intencionalidade.

Degrada-se a vida e o ambiente das nossas escolas com a deterioração das condições de trabalho dos docentes e dos alunos através do aumento da carga horária dos docentes, do aumento do número de alunos por turma e por docente, do corte das verbas para o funcionamento das escolas, a par da desvalorização das estruturas pedagógicas, nomeadamente dos conselhos pedagógicos das escolas, cujo papel é cada vez mais o de veículo de transmissão de diretrizes e decisões da direção para os docentes.

Apesar de todos os esforços que as escolas têm vindo a desenvolver no sentido de colmatar e obviar a situações dessa natureza, são gritantes e crescentes os sinais de pobreza e de fome de um cada vez maior número de alunos nas nossas escolas públicas. Esta situação de pobreza leva até a que algumas universidades públicas, mesmo sem condições para funcionar com qualidade, já estejam a conceder crédito aos alunos que apresentam dívidas no pagamento das propinas.

Também os professores e educadores das escolas particulares e cooperativas sofrem com estas medidas. Acentuam-se as prepotências das direções, aproveitando-se da desregulamentação laboral permitida pelo novo “Código de Trabalho”, impondo alargamento dos horários com trabalho não pago, tentando impor abaixamentos salariais e promovendo número alargado de despedimentos. Deve porém reconhecer-se que o empobrecimento generalizado da população, nomeadamente das chamadas classes médias, conduziu muitos dos pequenos colégios e algumas instituições de ensino superior privado a situações de completa inviabilidade, com natural agravamento das situações de desemprego.

**2.** Assistimos nos últimos tempos a respostas enérgicas dos portugueses a este estado de coisas, quer através da ação organizada de natureza sindical, quer através da movimentação social. Relembremos as de maior expressão: as gigantescas manifestações de 15 e 29 de setembro, a manifestação em Belém (21 de setembro), a iniciativa da cultura na praça de Espanha (13 de outubro), a Marcha contra o Desemprego (5-13 de outubro), sem esquecer outras concentrações de ativistas sociais junto à Assembleia da República, os protestos dos donos de restaurantes, agricultores, farmacêuticos...

Fóruns e assembleias de cidadãos, de vária natureza, têm procurado mobilizar-se contra estas desastrosas políticas. Sublinhem-se as muitas greves setoriais que têm marcado os tempos recentes.

**3.** É neste contexto que a CGTP-IN decidiu convocar uma Greve Geral para o dia 14 de novembro de 2012. Uma greve geral cuja dimensão política é inquestionável: mais do que ser dirigida contra este ou aquele projeto reacionário ou medida antissocial, esta Greve Geral assume-se claramente como mais um passo – que se pretende um grande passo – na luta dos portugueses contra esta política de destruição do país, de acentuada diminuição da democracia. É, em última análise, uma Greve Geral pela exigência de uma política centrada numa estratégia económica que permita relançar o crescimento de Portugal, mudança que, tudo o indica, exige também uma mudança de governo e a denúncia do memorando da troika.

Convocada pela CGTP-IN, esta Greve Geral vai contar com a adesão e participação real de muitos sindicatos filiados na UGT, o que é muito positivo. Não deve porém deixar de ser motivo sério de reflexão o facto de não se ter conseguido a convergência das duas centrais sindicais numa luta que se desenvolve em situação de verdadeiro “estado de exceção” contra os trabalhadores e a democracia. Até porque exatamente o contrário acontece na vizinha Espanha, onde na mesma data, terá lugar também uma Greve Geral, mas convocada pelas Comisiones Obreras e pela UGT (além de outras estruturas sindicais). É também um sinal positivo que a CES – Confederação Europeia de Sindicatos – tenha apelado a que nessa mesma data se realizem em todos os países europeus ações de protesto contra as políticas de austeridade e contra o rumo neoliberal da União Europeia. “Sabe a pouco” – o ideal seria uma greve geral europeia – mas acreditemos e exijamos que este seja um primeiro passo de uma intervenção mais lúcida e mais combativa do movimento sindical europeu, na denúncia do caráter reacionário das atuais políticas da EU e na construção de novos caminhos para uma União Europeia que, no respeito pela soberania e dignidade de todas as nações e de todos os cidadãos, se construa como espaço de verdadeira solidariedade e garantia dos direitos sociais e laborais, condições de um aprofundamento do modelo democrático.

É pois com confiança no futuro e na capacidade dos portugueses pela luta imporem uma nova política orientada para um crescimento económico e para a defesa dos direitos sociais, tarefa de que nenhum grupo social e profissional se pode alhear e pela evidência que os graves problemas que se colocam à classe docente e à Educação não têm solução a não ser numa mudança de política global e radical, que a Assembleia Geral de Sócios do SPGL, reunida em 30 de outubro de 2012, nas instalações do STEC:

- declara a adesão do SPGL à Greve Geral de 14 de novembro;
- apela aos professores e educadores de todos os graus de ensino, do público e do particular, aos investigadores e aos docentes aposentados a que participem na Manifestação convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública para o dia 31 de outubro, pelas 15h30, entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República e nas manifestações e ações públicas programadas, em diversas cidades, para o dia da Greve Geral.

A Direção do SPGL